



Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste
Poder Executivo
Comissão Permanente de Compras - CPC

Termo de Referência

Processo Administrativo nº 1593/2024

Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal nº 1.544/23

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DESTINADO COZINHA DA UNIDADE EDUCACIONAL MARECHAL HERMES DA FONSECA, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIOS	VALOR TOTAL
01	Freezer horizontal com 2 tampas, capacidade de 400 L, cor branca, 127 volts.	Unid.	01	R\$3.650,55	R\$3.650,55
02	Arquivo em aço com 4 gavetas com rolamento e puxador, para pasta suspensa, com fechadura com 2 chaves, cor bege, tratamento antiferruginoso, chapa 26 / 0,45 mm leve, suporta até 15 kg por gaveta, pintura epóxi pó texturizada, corrediças em nylon, puxador padrão, altura: 133 cm, largura: 47 cm, profundidade: 55 cm.	Unid.	03	R\$971,16	R\$2.913,48





Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste
Poder Executivo
Comissão Permanente de Compras - CPC

03	Geladeira (refrigerador) capacidade total 451 L, 2 portas, capacidade freezer 130 L, capacidade geladeira 321 L, Frost Free, cor branca, 127V	Unid.	01	R\$3.598,01	R\$3.598,01
04	Armário em aço com 2 portas e fechadura com chave, com 4 prateleiras (1 fixa e 3 móveis), com kit pé regulável, medindo aproximadamente 2000 x 900 x 400 mm	Unid.	07	R\$1.211,52	R\$8.480,64
05	Estante em aço com mínimo de 5 prateleiras, altura mínima de 1,98 metros e máxima de 2,10 metros, largura mínima de 0,92 metros e máxima de 1,00 metros, profundidade mínima de 0,30 cm	Unid.	08	R\$449,75	R\$3.598,00
06	Fogão industrial a gás em aço inox, 6 bocas	Unid.	02	R\$2.300,12	R\$4.600,24





Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste
Poder Executivo
Comissão Permanente de Compras - CPC

baixa pressão, 3 queimadores duplos, 3 queimadores simples, forno mínimo 85 litros, tampa de vidro temperado 6 mm, medidas mínimas do fogão montado: altura 80 cm, largura 152 cm, profundidade 88 cm, 4 pés, garantia mínima de 12 meses				
VALOR TOTAL				R\$26.840,92

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano contado da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual, devido o referido plano ainda não ter sido elaborado.





Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste
Poder Executivo
Comissão Permanente de Compras - CPC

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares de item 3.2., apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Aquisição dos equipamentos destinado cozinha da unidade educacional Marechal Hermes da Fonseca com no mínimos das especificações do item 1.1.

4.2. Para verificação da adequação aos padrões de qualidade se faz necessário a apresentação de catálogo dos equipamentos. A entrega do Catálogo ou fotos dos equipamentos disponibilizado pela Empresa deverá ser entregue juntamente com a proposta, e conter as informações minimamente detalhadas e com ilustrações mostrando os principais detalhes do equipamento disponibilizado.

4.3. Requisitos Técnicos: Todos os itens devem estar em conformidade com as normas da ANVISA para cozinhas industriais. Certificações de segurança elétrica e sanitária necessárias.

4.4. Serviços de Instalação: A empresa deve oferecer serviços de entrega, montagem e instalação dos equipamentos e móveis. Manual de uso e manutenção para todos os equipamentos e mobílias.

4.5. Prazo de Execução: O prazo total para a entrega e instalação completa dos itens não deve exceder 15 (quinze) dias a partir da assinatura do contrato.

4.6. Critérios de Seleção: Apresentar Atestados de capacidade técnica para instalação e fornecimento de equipamentos e mobiliário para cozinhas industriais.

4.7. Garantia e Suporte: Garantia mínima de 12 (doze) meses para todos os itens. Suporte técnico durante o período de garantia, com tempo de resposta máximo de 24 (vinte quatro) horas.

4.8. Nos casos onde forem constatados defeito, falhas, vícios aparentes ou ocultos durante a utilização normal dos produtos licitados, o fornecedor fica obrigado a substituir o produto que comprovadamente tenha revelado defeito, por item equivalente, assim considerando aquele que apresentar características técnicas iguais ou superiores aos substituídos, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis.





Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste
Poder Executivo
Comissão Permanente de Compras - CPC

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias, contados dos após o recebimento da Nota de empenho ou outro documento equivalente (ordem de fornecimento), em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço na sede da Escola Marechal Hermes da Fonseca, localizada na RO 010 (linha130), Km 12, Lado Norte, Zona Rural, Nova Brasilândia D'Oeste – RO.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia do objeto será de pelo menos 12 (doze) meses, o qual deverá estar expresso na proposta, contado a partir da assinatura do contrato. Em caso de substituição do objeto licitado, o substituto terá o mesmo prazo de garantia originalmente dados ao objeto substituído, a contar da data em que ocorrer a substituição.

5.5. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.6. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.7. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.8. A ocorrência de qualquer defeito, coberto pela garantia, implicará na obrigação, por parte da compromissária, da correção do problema no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis após a comunicação oficial, sem ônus para a compromitente, podendo ser prorrogado pela compromitente, mediante solicitação.

5.9. Nos casos onde forem constatadas falhas, vícios aparentes ou ocultos durante a utilização normal dos produtos licitados, o fornecedor fica obrigado a substituir o produto que





Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste
Poder Executivo
Comissão Permanente de Compras - CPC

comprovadamente tenha revelado defeito, por item equivalente, assim considerando aquele que apresentar características técnicas iguais ou superiores aos substituídos, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis.

5.10. Todos e qualquer serviços ou vistorias por técnicos do fornecedor, será realizada na sede do nosso município.

5.11. O prazo indicado no item 5.8, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.12. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.13. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.14. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.15. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.





Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste
Poder Executivo
Comissão Permanente de Compras - CPC

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).





Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste
Poder Executivo
Comissão Permanente de Compras - CPC

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo





Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste
Poder Executivo
Comissão Permanente de Compras - CPC

normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.





Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste
Poder Executivo
Comissão Permanente de Compras - CPC

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.10.1. o prazo de validade;
- 7.10.2. a data da emissão;
- 7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;





Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste
Poder Executivo
Comissão Permanente de Compras - CPC

- 7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.10.5. o valor a pagar; e
- 7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.





Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste
Poder Executivo
Comissão Permanente de Compras - CPC

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

Forma de pagamento

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

7.23. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

Cessão de crédito

7.24. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.24.1. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do contratante.





Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste
Poder Executivo
Comissão Permanente de Compras - CPC

7.25. A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.26. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.27. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos).

7.28. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será integral.





Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste
Poder Executivo
Comissão Permanente de Compras - CPC

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.





Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste
Poder Executivo
Comissão Permanente de Compras - CPC

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);





Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste
Poder Executivo
Comissão Permanente de Compras - CPC

8.23. A aquisição de equipamentos é considerada de baixa complexidade, não envolvendo riscos significativos para a administração pública, tratando-se de contratação com entrega imediata, o que justifica a dispensa da exigência do balanço patrimonial, conforme previsto no art. 70, inciso III da Lei nº 14.133, de 2021, também pode ampliar a participação de fornecedores no processo de contratação, favorecendo a competitividade e a obtenção de preços mais vantajosos para a administração pública.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$26.840,92 (vinte e seis mil oitocentos e quarenta reais e noventa e dois centavos)**, conforme custos unitários apostos na pesquisa de preço anexo, realizada com base no art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021, e da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho 2021.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:
02.004.12.361.0010.2.042.4.4.90.52.00.00, 02.004.12.361.0009.2.043.4.4.90.52.00.00 e
02.004.12.365.0009.2.047.4.4.90.52.00.00.

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Caberá à CONTRATANTE:

11.1.1. Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual por intermédio do fiscal designado anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de fatos que, a seu critério exijam a adoção de medidas por parte do CONTRATADO;

11.1.2. Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO relativos à execução do objeto da contratação;





Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste
Poder Executivo
Comissão Permanente de Compras - CPC

11.1.3. Proporcionar todas as facilidades para que o CONTRATADO possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais;

11.1.4. Assegurar que os produtos descritos neste instrumento somente sejam entregues unicamente pelo CONTRATADO, sendo vedada a interveniência de terceiros estranhos ao contrato, salvo se autorizado previa e expressamente;

11.1.5. Realizar rigorosa conferência das características dos itens fornecidos por meio da Comissão de Recebimento designada ou servidor, somente atestando os documentos da despesa quando comprovada a entrega total, fiel e correta do objeto contratado, ou da parte da entrega a que se referirem;

11.1.6. Rejeitar no todo ou em parte bens entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo CONTRATADO;

11.1.7. Certificar-se do atendimento às exigências elaboradas para a presente contratação, condicionantes da formalização do contrato;

11.1.8. Zelar pelo cumprimento das obrigações das partes, constantes nos documentos que precedem e integram o contrato, mesmo as não transcritas no documento hábil para contratação;

11.1.9. Efetuar a publicação do termo contratual na forma da lei;

11.1.10. Efetuar o pagamento na forma convencionada neste termo e no instrumento Convocatório.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Caberá à CONTRATADA:

12.1.1. Executar o objeto contratado na qualidade e forma exigida no presente termo, cumprindo os prazos e condições estabelecidas;

12.1.2. Proceder a entrega dos bens, devidamente embalados, de forma a não serem danificados durante a operação de transporte e de carga e descarga, assinalando na embalagem a marca, destino e, quando for o caso número da Licença de Importação ou documento equivalente, com as especificações detalhadas ou documento equivalente para conferência;

12.1.3. Entregar os bens adquiridos sempre dentro dos prazos de validade legais;

12.1.4. Orientar tecnicamente os responsáveis pela operação dos bens, fornecendo os esclarecimentos necessários ao seu perfeito funcionamento;

12.1.5. Atender prontamente as solicitações do contratante acerca do fornecimento contratado e prestar os esclarecimentos que forem necessários;





Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste
Poder Executivo
Comissão Permanente de Compras - CPC

12.1.6. Entregar os bens tecnologicamente atualizados, no caso de descontinuidade de fabricação dos bens que foram cotados;

12.1.7. Ter responsabilidade objetiva pelos serviços realizados, empregado funcionários capacitados e comunicando com a devida antecedência eventual substituição do preposto indicado;

12.1.8. É vedada a subcontratação total do objeto do contrato, sendo autorizada a subcontratação parcial quando e se houver a prévia anuência da Administração;

12.1.9. Responder pelos danos, de qualquer natureza que venham a sofrer seus empregados terceiros ou o CONTRATANTE, em razão de acidentes ou de ação ou de omissão dolosa ou culposa, de prepostos do CONTRATADO ou de quem em seu nome agir;

12.1.10. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verifiquem vícios defeitos ou incorreções;

12.1.11. Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes do fornecimento, inclusive fretes e tributos e quaisquer outras que forem devidas;

12.1.12. Responsabilizar-se também pelo pagamento de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos bens inclusive licença em repartições públicas e registros se necessário;

12.1.13. Providenciar a identificação individual de seus empregados que transitem nas dependências do contratante, quando em atividade na execução do objeto contratado, através de uniforme e/ou crachá;

12.1.14. Responder pelos danos causados diretamente à Secretaria Municipal de Saúde ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da execução do contrato, não excluído ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização/acompanhamento pela Secretaria;

12.1.15. Comunicar à administração da secretaria, por escrito qualquer anormalidade de caráter urgente, além de prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

12.1.16. Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas em instrumento Convocatório.

12.1.17. Os casos excepcionais serão avaliados pelo CONTRATANTE, que decidirá motivadamente.

13. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

13.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura:





Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste
Poder Executivo
Comissão Permanente de Compras - CPC

13.1.1. No prazo de até 05 (cinco) dias corridos da finalização do curso, a contratada deverá emitir da Nota Fiscal e a documentação de regularidade fiscal, social e trabalhista para que os fiscais possam atestar e encaminhar para pagamento;

13.1.2. O atesto da Nota Fiscal será realizado pelo Fiscal do contrato que será responsável pelo acompanhamento da execução.

13.1.3. O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

13.1.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste instrumento e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo Gestor do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

14.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

14.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

14.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

14.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

14.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

14.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

14.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:





Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste
Poder Executivo
Comissão Permanente de Compras - CPC

14.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

14.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens “19.1.2”, “19.1.3” e “19.1.4” do subitem acima deste Termo de Referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

14.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens “19.1.5”, “19.1.6”, “19.1.7” e “19.1.8”, bem como nos subitens “19.1.2”, “19.1.3” e “19.1.4”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.2.4. Multa:

a) moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

b) O atraso superior a 20 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

c) compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

14.3. A aplicação das sanções previstas neste termo de referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

14.4. Todas as sanções previstas neste termo de referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

14.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.





Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste
Poder Executivo
Comissão Permanente de Compras - CPC

14.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

14.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante;

14.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

14.11. A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.12. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

14.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou





Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste
Poder Executivo
Comissão Permanente de Compras - CPC

parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

Nova Brasilândia D'Oeste-RO, 20 de junho de 2024.

Elaborado com base em dados fornecidos pelas Secretarias (ETP):

Lorena Jhulian Cassiano de Oliveira

Assessora/Equipe de Apoio

Port. nº 46/GP/2024

(assinado eletronicamente)

Aprovado por:

Eliane Anisio Barbosa

Secretaria Municipal de Educação

(assinado eletronicamente)

Hélio da Silva

Prefeito

(assinado eletronicamente)





MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA
D'OESTE/RO



Estudo Técnico Preliminar Digital - ETP

Nº 23/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO / LICITATÓRIO
1593/2024

Necesssidade da Aquisição / Contratação

2.1 - Considerando a construção da nova cozinha na unidade educacional Marechal Hermes da Fonseca, localizada na RO 010 (Linha 130), km 12, lado norte, é necessário a aquisição da mobília adequada do espaço designado para o almoxarifado, bem como adquirir e instalar os equipamentos necessários. Esta ação é fundamental para assegurar a funcionalidade eficiente, a segurança alimentar e a conformidade com as normas sanitárias e operacionais exigidas para ambientes de preparação de alimentos.

Área Requisitante

2.2 - Secretaria Municipal de Educação - SEMED de Nova Brasilândia D'Oeste (RO).

Requisitos da Contratação

2.3 - Requisitos Técnicos:

- Todos os itens devem estar em conformidade com as normas da ANVISA para cozinhas industriais.
- Certificações de segurança elétrica e sanitária necessárias.

2.3.1 - Serviços de Instalação:

- A empresa deve oferecer serviços de entrega, montagem e instalação dos equipamentos e móveis.
- Manual de uso e manutenção para todos os equipamentos e mobílias.

2.3.2- Prazo de Execução:

- O prazo total para a entrega e instalação completa dos itens não deve exceder 15 dias a partir da assinatura do contrato.

2.3.3 - Critérios de Seleção:

- Apresentar Atestados de capacidade técnica para instalação e fornecimento de equipamentos e mobiliário para cozinhas industriais.

2.3.4 - Garantia e Suporte:

- Garantia mínima de 12 meses para todos os itens.
- Suporte técnico durante o período de garantia, com tempo de resposta máximo de 24 horas.

Levantamento de Mercado

3.1 - A escolha da solução foi baseada em uma análise de mercado detalhada, incluindo um levantamento de preço, para garantir uma proposta de valor competitiva. A seleção aderiu estritamente ao Documento de Formalização de Demanda (DFD), incluindo critérios de economicidade, eficácia e eficiência. Avaliamos não apenas o custo inicial, mas também os custos



operacionais e de manutenção, a durabilidade e eficiência energética dos equipamentos, e sua capacidade de atender às necessidades funcionais da unidade educacional.

Solução

3.2 - A solução proposta para a nova cozinha da unidade educacional Marechal Hermes da Fonseca inclui a aquisição e instalação de um freezer horizontal de 400 a 500 litros (127V, cor branca), um arquivo de aço com 4 gavetas (cor bege, 133x47x55 cm), uma geladeira Frost Free de 451 litros (127V, cor branca), um armário de aço com 2 portas e 4 prateleiras (2000x900x400 mm), e uma estante de aço com 5 prateleiras (altura: 1,98-2,10 m, largura: 0,92-1,00 m, profundidade: 0,30 cm). Todos os itens estão em conformidade com as normas da ANVISA e possuem certificações de segurança. Incluir serviços de entrega, montagem, instalação, com um prazo de execução de até 15 dias e garantia mínima de 12 meses com suporte técnico.

Estimativa da quantidade

3.3 -

Quantidade	Unidade	Descrição
1.00	UNID	Freezer horizontal com 2 tampas, capacidade de 400 L, cor branca, 127 volts.
3.00	UNID	Arquivo em aço com 4 gavetas com rolamento e puxador, para pasta suspensa, com fechadura com 2 chaves, cor bege, tratamento antiferruginoso, chapa 26 / 0,45 mm leve, suporta até 15 kg por gaveta, pintura epóxi pó texturizada, corredeiras em nylon, puxador padrão, altura: 133 cm, largura: 47 cm, profundidade: 55 cm.
1.00	UNID	Geladeira (refrigerador) capacidade total 451 L, 2 portas, capacidade freezer 130 L, capacidade geladeira 321 L, Frost Free, cor branca, 127V
7.00	UNID	Armário em aço com 2 portas e fechadura com chave, com 4 prateleiras (1 fixa e 3 móveis), com kit pé regulável, medindo aproximadamente 2000 x 900 x 400 mm
8.00	UNID	Estante em aço com mínimo de 5 prateleiras, altura mínima de 1,98 metros e máxima de 2,10 metros, largura mínima de 0,92 metros e máxima de 1,00 metros, profundidade mínima de 0,30 cm
2.00	UNID	Fogão industrial a gás em aço inox, 6 bocas baixa pressão, 3 queimadores duplos, 3 queimadores simples, forno mínimo 85 litros, tampa de vidro temperado 6 mm, medidas mínimas do fogão montado: altura 80 cm, largura 152 cm, profundidade 88 cm, 4 pés, garantia mínima de 12 meses

Estimativa do valor

3.4 - Valor Estimado Global conforme pesquisa de preços anexa a este ETP: R\$ 28.300,51.

Justificativa para o parcelamento ou não do objeto

3.5 - A aquisição dos equipamentos e mobiliário não deve ser parcelada devido a diversos fatores estratégicos e financeiros. Primeiramente, o parcelamento implicaria em custos adicionais com juros ou taxas financeiras, impactando negativamente o orçamento destinado ao projeto. Além disso, a compra integral permite negociações mais vantajosas com fornecedores, possibilitando melhores preços e condições comerciais. Isso também assegura a entrega rápida e completa dos itens, evitando possíveis atrasos ou interrupções no processo de montagem e instalação da cozinha. Portanto, a compra única dos itens necessários proporciona maior controle financeiro e eficiência na execução do projeto.

Relações Correlatas



3.6 - Para este processo, não são necessárias contratações correlatas adicionais além da aquisição dos equipamentos e mobiliário especificados.

Alinhamento entre a contratação e o Planejamento

3.7 - A aquisição dos equipamentos e mobiliário está plenamente alinhada com o planejamento estratégico da instituição atendendo às diretrizes estabelecidas no plano de melhoria das instalações escolares.

Resultado(s) Pretendido(s)

- 4.1** - Proporcionar um ambiente moderno e funcional para preparação e armazenamento de alimentos, contribuindo para um espaço mais adequado às necessidades educacionais e de segurança alimentar.
- 4.1.2** - Eficiência no preparo das refeições por meio de utilização de equipamentos adequados, melhorando a qualidade dos serviços prestados.
- 4.1.3** - Garantir o cumprimento das normas sanitárias, assegurando a integridade e a saúde dos alunos, professores e demais funcionários da instituição.
- 4.1.4** - Reduzir desperdícios de alimentos e de recursos energéticos por meio da utilização de equipamentos modernos e eficientes, contribuindo para a sustentabilidade ambiental e financeira da instituição.
- 4.1.5** - Garantir que a implementação seja concluída dentro dos prazos estabelecidos e dentro do orçamento previsto, assegurando a eficiência e transparência na gestão dos recursos públicos.

Providências a ser(em) tomada(s)

4.2 - Para o cumprimento integral do contrato, os servidores Paulo Cesar Machado Moraes e Simoni Alecsandra Alves de A. Souza serão responsáveis pela execução e fiscalização.

Possíveis impactos ambientais

4.3 - Com a introdução de equipamentos modernos e eficientes, há potencial para diminuir o consumo de energia elétrica, contribuindo para a redução das emissões de gases de efeito estufa associadas à geração de eletricidade.

Viabilidade

5 - A aquisição destes objetos é considerada viável com base em diversos aspectos técnicos, operacionais e financeiros. A aquisição destes itens, além da adequação necessária da infraestrutura física e dos recursos, promove a viabilidade técnica, sendo respaldada pela compatibilidade dos equipamentos selecionados com as necessidades específicas da cozinha, assegurando a conformidade com normas sanitárias e de segurança alimentar.

Equipe Técnica

Nome	E-mail
Luiz Alberto Vicente Ferreira	departamentotecnbo@gmail.com
SE BENATTI	nivairbenati@msn.com



Anexos

📄 73742_mapacomparativodeprecos_24_06_13_11_46_03.pdf **Envio: 13/06/2024 13:53:41**
(https://d2e4y9pc28eke4.cloudfront.net/etp/1142/anexos/73742_mapacomparativodeprecos_24_06_13_11_46_03.pdf)

📄 73742_cotacao_24_06_13_11_44_44.pdf **Envio: 13/06/2024 13:53:41**
(https://d2e4y9pc28eke4.cloudfront.net/etp/1142/anexos/73742_cotacao_24_06_13_11_44_44.pdf)

Luiz Alberto Vicente Ferreira
Equipe Técnica

NIVAIR JOSE BENATTI
Equipe Técnica





Prefeitura de Nova Brasilândia D'Oeste
Secretaria Municipal Educação
SEMED

MAPA DE RISCO

Risco	Impacto	Probabilidade	Ação Preventiva
Atraso na entrega dos equipamentos	Alto	Média	Monitoramento contínuo do cronograma de entrega.
Equipamentos recebidos com defeitos ou danificados	Alto	Baixa	Garantia de inspeção prévia na entrega.
Exceder o orçamento inicial	Alto	Baixa	Revisão periódica do orçamento e controle de custos
Incompatibilidade dos equipamentos com o espaço físico	Médio	Média	Verificação das medidas e compatibilidade antes da compra.
Dificuldades na instalação e montagem dos equipamentos	Alto	Baixa	Empresa especializada para instalação.
Problemas com a qualidade dos equipamentos	Alto	Baixa	Seleção de fornecedores confiáveis e com histórico comprovado.
Mudanças nas normas regulatórias	Médio	Baixa	Monitoramento contínuo das atualizações regulatórias.
Impacto ambiental não previsto	Médio	Baixa	Implementação de práticas sustentáveis desde o início

(ASSINADO ELETRONICAMENTE)
Luiz Alberto Vicente Ferreira
Equipe de apoio





PREFEITURA DO MUNICIPIO DE NOVA BRASILANDIA DOESTE

CNPJ: 15884109000106

RONDÔNIA

Exercício: 2024

SOLICITAÇÃO DE DESPESA

Reserva de Dotação

1346 / 2024

Espécie: Global

Data de Emissão: 26/06/2024

Página 1 / 1

Fornecedor: A DEFINIR

Órgão: 02	PODER EXECUTIVO	Processo: 1593 / 2024
Unid. Orcamentária: 02.004.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	Modalidade:
Função: 12	Educacão	Nº Licitação: /
Sub Função: 361	Ensino Fundamental	Nº Contrato: /
Programa: 0009	EDUCAR PARA GARANTIR O FUTURO	Data Publicação
Projeto/Atividade: 2043	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCACAO	Homologação:
Nat. da Despesa: 4.4.90.52.	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	ID Contrato:
Desdobramento: 42	MOBILIARIO EM GERAL	Subvenção: /
SubDesdobramento: 00		Cód. do Bem:
Fonte de Recurso: 15000100	Recursos de Impostos - MDE 25% - Exercício Corrente	
Detalhamento Fonte: 001	Pré-Escola	
Contrapartida:	Não	Reduzido: 56
		Convênio Nº.: /

JUSTIFICATIVA: Considerando a edificação de cozinha para a unidade educacional Marechal Hermes da Fonseca, localizada na RO 010 (linha130), km 12 lado norte criando a necessidade de mobiliar o espaço destinado a almoxarifado e equipamento para o espaço destinado a cozinha


LOCAL DE ENTREGA:

Ord.	Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Vlr. Unitário	Vlr. Total
1	30267	ARQUIVO EM AÇO COM 04 (QUATRO) GAVETAS C/ ROLAMENTO E PUXADOR, PARA PASTA SUSPensa: QUANTIDADE DE GAVETAS: 4 - COM SISTEMA DE ROLAMENTOS PARA ABERTURA DAS GAVETAS E COM FECHADURA COM 02 (DUAS) CHAVES COR DE REVESTIMENTO FRENTE E LATERAIS: BEGE - COM TRATAMENTO ANTI-FERRUGINOSO CHAPA: 26 / 0,45MM LEVE SUPORTA ATÉ 15KG POR GAVETA PINTURA: EPÓXI PÓ TEXTURIZADA CORREDIÇAS EM NYLON PUXADOR PADRÃO ALTURA: 133CM LARGURA: 47CM PROFUNDIDADE: 55CM	UNID	3,00	971,1600	2.913,48
2	25933	Armário em aço com 02 portas e fechadura com chave, com 04 prateleiras 01 fixa e 03 moveis, com kit pé regulável medindo aproximado 2000 x 900 x 400 mm	UNID	7,00	1.211,5200	8.480,64
3	30281	FOGÃO INDUSTRIAL Á GÁS EM AÇO INOX, 6 BOCAS BAIXA PRESSÃO - 03 QUEIMADORES DUPLOS - 03 QUEIMADORES SIMPLES - FORNO MÍNIMO 85 LITROS - TAMPA VIDRO TEMPERADO 6MM - MEDIDAS MÍNIMA DO FOGÃO MONTADO: ALTURA; 80CM, LARGURA; 152CM, PROFUNDIDADE; 88CM - 4 PÉS. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.	UN	2,00	2.300,1200	4.600,24

Total: 15.994,36

Elaborado por NIVAIR JOSÉ BENATI



	PREFEITURA DO MUNICIPIO DE NOVA BRASILANDIA DOESTE				
	CNPJ: 15884109000106				
	RONDÔNIA				
Exercício: 2024					
SOLICITAÇÃO DE DESPESA		1347 / 2024			
Reserva de Dotação					
Espécie: Global		Data de Emissão: 26/06/2024			
Página 1 / 1					
Fornecedor: A DEFINIR					
Órgão: 02		PODER EXECUTIVO			
Unid. Orcamentária: 02.004.		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO			
Função: 12		Educação			
Sub Função: 361		Ensino Fundamental			
Programa: 0009		EDUCAR PARA GARANTIR O FUTURO			
Projeto/Atividade: 2043		MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCACAO			
Nat. da Despesa: 4.4.90.52.		EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			
Desdobramento: 12		APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS			
SubDesdobramento: 00					
Fonte de Recurso: 15000100 Recursos de Impostos - MDE 25% - Exercício Corrente					
Detalhamento Fonte: 001 - Pré-Escola					
Contrapartida: Não		Reduzido: 56 Convênio N°: /			
Processo: 1593 / 2024					
Modalidade:					
Nº Licitação: /					
Nº Contrato: /					
Data Publicação					
Homologação:					
ID Contrato:					
Subvenção: /					
Cód. do Bem:					
JUSTIFICATIVA: Considerando a edificação de cozinha para a unidade educacional Marechal Hermes da Fonseca, localizada na RO 010 (linha130), km 12 lado norte criando a necessidade de mobiliar o espaço destinado a almoxarifado e equipamento para o espaço destinado a cozinha					
LOCAL DE ENTREGA:					
Ord. Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Vlr. Unitário	Vlr. Total
1 1362	FREEZER HORIZONTAL COM 2 TAMPAS COM CAPACIDADE DE 400 L, COR BRANCA 127 VOLTS	UNID	1,00	3.650,5500	3.650,55
2 27517	Geladeira (refrigerador) Capacidade 450 L, 02 portas, Capacidade Freezer 130 L, capacidade Geladeira 321 L, capacidade Total 451 L, Frost Free (gelo seco) cor: branco, voltagem: 127V.	UNID	1,00	3.598,0100	3.598,01
Total:					7.248,56
Elaborado por NIVAIR JOSÉ BENATI					





PREFEITURA DO MUNICIPIO DE NOVA BRASILANDIA DOESTE

CNPJ: 15884109000106

RONDÔNIA

Exercício: 2024

SOLICITAÇÃO DE DESPESA

Reserva de Dotação

1348 / 2024

Espécie: Global

Data de Emissão: 26/06/2024

Página 1 / 1

Fornecedor: A DEFINIR

Órgão: 02	PODER EXECUTIVO	Processo: 1593 / 2024
Unid. Orcamentária: 02.004.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	Modalidade:
Função: 12	Educacão	Nº Licitação: /
Sub Função: 361	Ensino Fundamental	Nº Contrato: /
Programa: 0009	EDUCAR PARA GARANTIR O FUTURO	Data Publicação
Projeto/Atividade: 2043	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCACAO	Homologação:
Nat. da Despesa: 4.4.90.52.	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	ID Contrato:
Desdobramento: 36	MAQUINAS, INSTALACOES E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	Subvenção: /
SubDesdobramento: 00		Cód. do Bem:
Fonte de Recurso: 15000100	Recursos de Impostos - MDE 25% - Exercício Corrente	
Detalhamento Fonte: 001	- Pré-Escola	
Contrapartida:	Não	Reduzido: 56
		Convênio Nº.: /

JUSTIFICATIVA: Considerando a edificação de cozinha para a unidade educacional Marechal Hermes da Fonseca, localizada na RO 010 (linha130), km 12 lado norte criando a necessidade de mobiliar o espaço destinado a almoxarifado e equipamento para o espaço destinado a cozinha

LOCAL DE ENTREGA:

Ord.	Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Vlr. Unitário	Vlr. Total
1	32397	ESTANTE EM AÇO COM QUANTIDADE MINIMA DE 05 PRATELEIRAS COM ALTURA MINIMA DE 1,98 E MAXIMA DE 2,10 METROS, COM LARGURA MINIMA 0,92 E MAXIMA DE 1,00 METROS COM PROFUNDIDADE MINIMA DE 0,30 CM	UN	8,00	449,7500	3.598,00
Total:						3.598,00

Elaborado por NIVAIR JOSÉ BENATI

